

TSE regula doação para campanha sobre armas

A arrecadação de recursos para a campanha sobre comercialização de armas de fogo somente poderá ser realizada com a devida identificação da origem da doação e o posterior registro na prestação de contas. A decisão é do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Página 8



CRÍTICA Suplicy discursa na sessão especial e diz não entender o sigilo sobre documentos produzidos nos governos militares, que impede análise dos crimes cometidos no período

Senado comemora 26 anos da anistia

Uma sessão especial do Senado comemorou ontem os 26 anos da Lei da Anistia, completados no domingo. Muitos anistiados estiveram presentes, ocupando as galerias e alguns lugares no Plenário. Autor do requerimento para realizar a sessão, o senador Eduardo Suplicy relembrou a repressão da ditadura militar e o contexto político em que foi aprovada a lei que permitiu a libertação de presos políticos e o retorno de brasileiros exilados no exterior.

Páginas 6 e 7

RISCOS DE INVESTIGAÇÕES "acabarem em *pizza*" são muito grandes, adverte Heloísa

"O PAÍS NÃO PERDOARIA", diz Renan, ao rejeitar qualquer tentativa de abafar investigação

CONSULTORIA EXTERNA para análise dos documentos é solicitada por senadores do PFL

SENADORES EXIGEM PUNIÇÃO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se hoje com os presidentes e os relatores das CPIs dos Correios, dos Bingos e do Mensalão para redefinir os respectivos focos de investigações. "Precisamos ter resultados concretos, provas irrefutáveis", disse o presidente do Senado. Ele rejeitou qualquer acordo para poupar os envolvidos. "O país não perdoaria", afirmou Renan, que cobra o aprofundamento das investigações. O senador Ramez Tebet, ex-presidente do Senado, também cobrou resultados das CPIs. A senadora Heloísa Helena alertou, em discurso no Plenário, para riscos de uma "operação-abafa" na CPI dos Correios. O senador Antonio Carlos Magalhães anunciou que seu partido, o PFL, não aceita nenhum acordo que abrande as investigações. E o líder do PFL, José Agripino, quer que o Congresso contrate consultores externos para analisar documentos.

Página 3



PROVIDÊNCIAS Parlamentares do PFL discutem a crise e pedem consultoria externa para analisar documentos das CPIs



DENÚNCIA Maria Cristina do Rosário Almeida (ao lado do senador Eduardo Suplicy) depõe na CPI da Terra e relata grilagens no Amapá

Inkra aponta grilagem no Amapá

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra ouviu ontem o depoimento da superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra), no Amapá, Maria Cristina do Rosário Almeida, responsável por um relatório em que

acusa o juiz César Augusto Scapin e o presidente da Assembléia Legislativa do Amapá, deputado Jorge Amanajás Cardoso, de grilagem de áreas públicas. Os dois acusados deveriam também prestar depoimento à comissão, mas não compareceram.

Rosário informou que há no Amapá mais de 20 mil hectares de terras apropriadas indevidamente. Na lista de mais de 20 acusados, estão donos de madeireiras, deputados estaduais, integrantes do Judiciário e um deputado federal: Gervásio Oliveira.



POSIÇÃO Relator na CCJ, Mozarildo é contra o pedido de urgência para tramitação da matéria no Senado

Mozarildo quer discutir uso de florestas públicas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestou ontem sua posição contrária ao pedido de urgência constitucional para o projeto da Câmara que estabelece regras para a gestão de florestas públicas. Para ele, a matéria é complexa e precisa ser analisada com cautela. O parlamentar defendeu ainda o envolvimento dos governadores na discussão.

Mozarildo, relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), informou ter solicitado nota técnica à consultoria jurídica do Senado, uma vez que pretende apresentar um parecer em que aborda não apenas o aspecto constitucional. Ele observou que seu relatório vai mostrar preocupação com a soberania da Amazônia, com a sobrevivência econômica da região e com a proteção dos pequenos madeireiros.

O senador advertiu que o projeto (PLC 62/05) dá a impressão de que visa à exploração racional da floresta, mas traz embutidos muitos aspectos para beneficiar grandes madeireiros. A proposta, ressaltou, também não protege adequadamente a floresta da cobiça internacional.

Agenda

Renan Calheiros reúne presidentes e relatores de três CPIs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne os presidentes e relatores das comissões parlamentares de inquérito

do Mensalão, dos Bingos e dos Correios para definir as atribuições de cada uma. As três CPIs aprovaram requerimentos

em que convocam Toninho da Barcelona, o que iniciou um clima de competição entre as comissões.

Plenário examina aumento da compulsória

Na sessão de hoje, às 14h, os senadores continuam a discussão, em segundo turno, do texto que aumenta para 75 anos a aposentadoria compulsória dos servidores públicos, além de aumentar o limite para a nomeação de magistrados. A

proposta deve ser votada amanhã. Também deve ser examinado requerimento que solicita auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em relação à sua carteira de financiamentos ao exterior.



Mensalão ouve dono da empresa Guaranhuns

Está previsto para as 11h30, na CPI do Mensalão, o depoimento de José Carlos Batista, dono da empresa Guaranhuns, acusado de repassar dinheiro das contas de Marcos Valério ao PL. O empresário também deve ser ouvido amanhã pela CPI dos Correios, que definiu a divisão dos parlamentares em subcomissões, para agilizar a tomada de depoimentos. Hoje, serão ouvidos nos subgrupos o brigadeiro Venâncio Grossi, representantes da Skymaster e a presidente do Banco Rural, Kátia Rabello.

niou a divisão dos parlamentares em subcomissões, para agilizar a tomada de depoimentos. Hoje, serão ouvidos nos subgrupos o brigadeiro Venâncio Grossi, representantes da Skymaster e a presidente do Banco Rural, Kátia Rabello.



Depoimentos na CPI dos Bingos

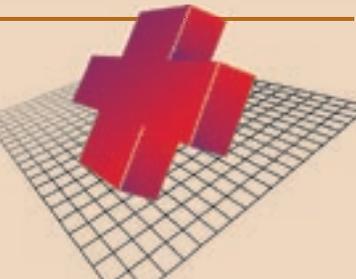
Em reunião marcada para as 11h30, a CPI dos Bingos ouve o advogado Enrico Gianelli, acusado de intermediar o contato de Rogério Buratti com os dirigentes da Gtech, além de Juscelino Dourado, chefe de

gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar, em turno suplementar, a proposta que alonga dívidas do crédito rural (PLS 517/03).

Serviço de saúde em audiência na CAS

A proposta (PLS 131/01) que cria o Serviço de Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass) é tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 9h30. A reunião

conta com entidades dos setores de saúde e do comércio. Na mesma hora, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) analisa projeto para instalar aparelho para a medição de pulsos telefônicos (PLS 39/02).



Redução da burocracia

A Comissão de Educação (CE) vota, às 11h, projeto que pretende diminuir a burocracia necessária para a alteração societária das empresas de comunicação, para facilitar o fluxo de investimentos no setor, o que seria inibido pelo excesso de empecilhos da legislação (PLS 222/05). Constam ainda da pauta projetos de concessão de serviços de radiodifusão.

Trabalho de adolescentes

Às 9h30, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa regras para o trabalho de adolescentes (PLS 226/03). Está prevista ainda reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que vota avisos do TCU. Além disso, a Subcomissão da Amazônia faz reunião administrativa.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PREJUÍZO "Pesquisadores não podem iniciar ou dar andamento aos estudos", lamenta Aelton Freitas

Aelton: é preciso implementar Lei da Biossegurança

Preocupado com a demora no início das pesquisas com células-tronco e organismos geneticamente modificados, o senador Aelton Freitas (PL-MG) cobrou do governo agilidade na regulamentação da Lei da Biossegurança (11.105/05), aprovada no início deste ano. Ele disse que o processo de regulamentação da lei depende da conclusão dos trabalhos de uma comissão interministerial chefiada pela Casa Civil.

– Nossos cientistas estão de braços cruzados, sem poder iniciar ou dar seguimento aos estudos – alertou Aelton.



ALERTA Aumento das tarifas gera desequilíbrio nas empresas e no orçamento das famílias, diz Suassuna

Suassuna pede revisão do reajuste de energia elétrica

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ao governo que reveja os índices do reajuste de energia elétrica. Ele expressou sua inconformidade com o fato de o preço da energia ter subido 14,26% na Paraíba. Isso, salientou, provocou uma "grita geral" e ainda desequilíbrio nas empresas e no orçamento das famílias.

– Em Pernambuco, o preço também disparou. Lá, o problema foi tão sério que a Justiça teve que intervir. O aumento inicial de cerca de 18% caiu para 7% – informou.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o aumento atinge todo o país.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Renan Calheiros reúne-se com o comando das CPIs para definir atribuições e disponibilizar técnicos; PFL não aceita "acordão"; Heloísa teme "operação-abafa"; Alvaro levanta dúvida sobre gastos do governo; Agripino apóia competição entre comissões



RELEVÂNCIA Agripino destaca que irmão de prefeito assassinado e doleiro depõem nesta semana

Agripino sugere contratação de consultor para CPI

O senador José Agripino (PFL-RN) defendeu ontem a competição entre as três comissões parlamentares de inquérito que investigam denúncias de corrupção (CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos). Ele anunciou que vai sugerir ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que interfira para agilizar a entrega de documentos referentes às transferências de sigilo bancário solicitadas pelas comissões e pediu a contratação de consultores para ajudarem a analisar a documentação.

– A competição entre as CPIs é positiva, pois leva umas a vigiar as outras – argumentou o líder do PFL.

Agripino lembrou que o principal objetivo da CPI dos Correios é identificar a origem dos recursos que podem ter sido usados na compra de parlamentares; a CPI do Mensalão deve averiguar como e para quem esse dinheiro teria sido distribuído; e a CPI dos Bingos deve investigar o tráfico de influência para a concessão de autorizações de funcionamento de casas de jogos.

Agripino lembrou que, nesta semana, ocorrem importantes depoimentos nas CPIs. Ele mencionou a oitiva de José Francisco Daniel, irmão do prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel, que ocorrerá na CPI dos Bingos e o depoimento do doleiro Toninho da Barcelona, que deve ser ouvido pelas três comissões. Agripino observou que os gastos da Presidência da República com cartões corporativos são outro problema importante.

Para Renan, é "absurdo" falar em acordo nas CPIs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que não tem recebido pressões para omitir nomes de parlamentares nas denúncias de corrupção e que não tem visto indícios de acordos para isso. Afirmou, porém, que, se esses acordos existirem, seus autores serão punidos. Ele disse ainda que os integrantes das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que estiverem sendo pressionados devem denunciar tudo.

– Essa coisa de que não vai haver punição, de que pode haver acordo, do ponto de vista do Senado, é uma coisa absurda. Nós não ouvimos falar nisso, nem vamos ouvir. O país não perdoará. Eu estou cobrando que a investigação se aprofun-



APURAÇÃO Renan diz que pretende viabilizar contratação de auditores e técnicos para agilizar trabalhos

de – asseverou.

Renan defendeu a racionalização dos trabalhos das comissões e já tem reunião marcada para hoje com os presidentes e relatores das CPIs dos Correios, dos Bingos e do Mensalão para

redefinir os respectivos focos de investigação. Renan anunciou que pretende disponibilizar meios para contratar auditores e técnicos contábeis, fiscais e tributários visando agilizar os trabalhos das CPIs.

Excesso

O senador considerou excessivo o número de depoimentos convocados pelas três CPIs e a repetição de alguns depoentes. Para ele, não faz sentido a realização de 220 depoimentos, pois se cada um tiver a duração média de sete horas, serão necessários mais de 70 dias ininterruptos apenas para as inquirições. Renan vem sugerindo às três comissões que estimulem a troca de informações, realizando sessões conjuntas para ouvir depoentes, por exemplo.

PFL não aceita "acordão nem acordinho"

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que o PFL não aceitará nenhum tipo de acordo para que se abrandem as investigações em curso no Congresso Nacional e sob a responsabilidade das CPIs.

– Não há hipótese de acordão, acordinho ou acordo. Os relatores das CPIs vão cumprir

suas funções – afirmou Antonio Carlos, pouco antes de entrar em reunião do PFL que discutiu sugestões para acelerar e aprimorar o trabalho das CPIs dos Bingos, do Mensalão e dos Correios.

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse que Renan Calheiros deve ser o interlocutor do

Congresso Nacional junto a Anatel e aos bancos Central e do Brasil para obter, em tempo hábil, as informações solicitadas pelas CPIs. Se esta iniciativa não surtir efeito, o PFL “em bloco” está disposto a realizar atos públicos nessas instituições, para que as investigações não sejam prejudicadas.

Heloísa Helena aponta risco de "operação-abafa"

Heloísa Helena (PSOL-AL) alertou para o risco de uma “operação-abafa” na CPI dos Correios. Ela afirmou que o Executivo e o Congresso, “instituições desmoralizadas de fato e perante a opinião pública”, podem “acobertar-se reciprocamente”.

– Quem realmente quer investigar sabe que as coisas estão muito graves. Quem analisa a CPI dos Correios com rigor ético implacável e com independência técnica sabe que a podridão à qual me refiro está diretamente relacionada ao Palácio do Planalto, com o envolvimento direto do presidente da República, e a metade do

Congresso Nacional. Por isso, as chances de as investigações “acabarem em pizza” são muito grandes – declarou ela.

A senadora argumentou que “o presidente Lula nada faz para estabelecer procedimentos investigatórios, porque as gangues partidárias que estão na gestão operacional dos Correios são parte da base de bajulação do governo”. Ela ressaltou ainda que “o risco de pizza também é grande porque a elite político-econômica está muito contente; os banqueiros estão muito contentes”.

– Os ladrões agem como se nada estivesse ocorrendo. Estes se comportam como ratos



AVALIAÇÃO Heloísa: "A elite político-econômica está muito contente; os banqueiros estão muito contentes"

de terno e gravata que andam pelos tapetes azuis do Senado e verdes da Câmara, e também pelos tapetes do Palácio do Planalto, com a certeza da impunidade – observou.

Para evitar a “operação-abafa”, a senadora disse ser “fundamental que a população fiscalize e controle o Congresso”.



INDÍCIOS Alvaro Dias lembra que auditoria do TCU detectou notas fiscais suspeitas

Alvaro requer faturas de cartões corporativos

Alvaro Dias (PSDB-PR) encaminhou à Mesa requerimento dirigido à ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil da Presidência da República, solicitando o envio à CPI dos Correios de todas as notas e faturas das prestações de contas dos servidores usuários de cartões de créditos corporativos, de 2003 até este mês.

O senador disse que tomou a decisão em repúdio à nota oficial enviada pela Casa Civil à CPI dos Correios, desmentindo acusações de desvios de recursos oriundos dos cartões de crédito corporativos do governo e garantindo que todas as operações com os cartões foram legais.

Alvaro contestou a carta, lembrando, por exemplo, que, na última sexta-feira, uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) detectou que havia notas fiscais suspeitas na relação investigada, permitindo, inclusive, que fossem localizados no Entorno de Brasília dois supostos responsáveis pela emissão das notas.

Auditoria

O senador pediu ao TCU o aprofundamento da auditoria, visando principalmente agilizar o trabalho das CPIs que investigam as denúncias de corrupção no governo.

Alvaro Dias criticou ainda o presidente Lula, que afirmou no último domingo, em discurso, que todas as acusações sobre corrupção no PT e no governo são infundadas.

– Existem provas que permitem até a cassação de vários parlamentares acusados. Não vai ter pizza não – garantiu.



CPI dos Bingos, que ouvirá cinco depoentes esta semana, tem sua atuação defendida por presidente e relator; comissão que investiga o "mensalão" questiona representante de empresa tida como intermediária em transações de Marcos Valério

CPI dos Bingos ouve ex-advogado da Gtech

A CPI dos Bingos volta a se reunir hoje, às 11h30, para ouvir Enrico Gianelli, ex-advogado da multinacional Gtech. Ele é acusado de ser o principal intermediário no suposto processo de contratação de Rogério Buratti para atuar, em nome da Gtech, perante a Caixa Econômica Federal na renovação de contrato de R\$ 260 milhões anuais destinado ao gerenciamento de todo o sistema de informática das loterias federais.

Na época da renovação do contrato, em abril de 2003, Buratti foi acusado por Marcelo Rovai e Antônio Carlos Lino da Rocha, ex-diretores da Gtech, de ter exigido, supostamente a mando de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil da

Presidência da República, propina no valor de R\$ 6 milhões para que o contrato fosse assinado. Em seus depoimentos à CPI dos Bingos, Buratti negou as acusações.

O presidente da CPI, senador Efraim Moraes (PFL-PB), considera de vital importância o depoimento de Gianelli. Ele foi o principal articulador da renovação do contrato entre a Caixa e a Gtech. Já foi convocado três vezes para depor e não compareceu.

Ainda hoje, a CPI deverá ouvir Juscelino Dourado, chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Em depoimento na semana passada, Buratti informou que entre 2003 e 2004 conversou várias vezes por telefone com Dourado. Mas negou

que tenha falado com Palocci.

Amanhã a CPI ouve o advogado e membro do PT Denivaldo Henrique Araújo. Existem indícios de que ele manteve intensos contatos com Gianelli na época da renovação do contrato entre a Caixa e a Gtech. Deverá ser ouvido no mesmo dia Roberto Telhada, advogado de Buratti.

Fechando a agenda da semana, a CPI dos Bingos ouve na quinta-feira João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em 2002. Investigações preliminares indicam que Celso Daniel foi morto quando se preparava para denunciar um suposto envolvimento de empresas de jogos em esquemas de corrupção dentro da prefeitura de Santo André.



DEPOIMENTO CPI do Mensalão deve ouvir representante de empresa acusada de atuar como intermediária em repasses de dinheiro a Marcos Valério

Representante da Guaranhuns depõe na CPI do Mensalão

A CPI do Mensalão deverá ouvir hoje, a partir das 11h30, o depoimento do representante legal da Guaranhuns Ltda., José Carlos Batista. A Guaranhuns teria sido identificada como intermediária de repasses de dinheiro das empresas de Marcos Valério Fernandes de Souza para o Partido dos Trabalhadores e outras agremiações políticas, como o Partido Liberal.

Amanhã, às 11h30, serão ouvidos os depoimentos dos presidentes dos fundos de pensão da Caixa Econômica Federal (Funcef), Guilherme Narciso de Lacerda; do Banco do Brasil (Previ), Sérgio Ricardo Silva Rosa; e da Petrobras (Petros), Wagner Pinheiro de

Oliveira, em reunião aberta à imprensa. Os três depoentes já foram ouvidos anteriormente pela comissão de inquérito em reunião reservada.

A CPI do Mensalão já requisitou a transferência das informações relativas à quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Funcef, da Previ e da Petros. Foi aprovada ainda a transferência de dados de mais oito fundos de pensão, cujos sigilos foram quebrados pela CPI dos Correios: Geap (funcionários públicos), Real Grandeza (Furnas), Eletros (Eletrobrás), Postalís (Correios), Centrus (Banco Central), Portus (Companhias Docas), Serprus (Serpro) e Sistel (várias empresas).

Ramez Tebet reclama que nenhum acusado foi preso

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou o Ministério Público por não ter prendido, entre os investigados pelas CPIs, "réus confessos" que cometeram, "no mínimo", crime de sonegação fiscal. Mas se declarou esperançoso com relação à reunião entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os presidentes e relatores das CPIs.

– É preciso que o Congresso Nacional, o Ministério Público e a Justiça entendam ser perigoso para a democracia o fato de as apurações feitas por três CPIs no Congresso até agora não terem levado ninguém à cadeia. Também ninguém foi cassado. O povo precisa acreditar em suas instituições – assinalou, em

pronunciamento ontem.

O senador afirmou que cada CPI deve assumir suas atribuições e fazer suas conclusões rapidamente, sob pena de chegar a 2007 sem a punição dos culpados. Para Tebet, aqueles que vêm às CPIs munidos de *habeas corpus*, no intuito de não serem presos nem obrigados a responder a perguntas, estão fazendo "quase uma confissão".

– Só superaremos a crise com as conclusões das CPIs. Muitas já deveriam ter sido concluídas e encaminhado os documentos aos órgãos competentes para agilizar o processo – defendeu.

Ramez Tebet elogiou a atuação do presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB).



REUNIÃO A CPI dos Bingos volta a se reunir hoje, a partir das 11h30, para colher depoimento de Enrico Gianelli

Efraim e Garibaldi negam problema com CPI

Os senadores Efraim Moraes (PFL-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente e relator da CPI dos Bingos, afirmaram ontem que os problemas que vêm ocorrendo no funcionamento das três CPIs (Mensalão, Bingos e Correios) dizem muito mais respeito às outras duas que àquela que ambos coordenam.

A crise entre as CPIs atingiu seu ápice na última semana, pois todas elas aprovaram o depoimento do doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, que acusa membros do PT de manterem contas

em paraísos fiscais. O fato levou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a convocar uma reunião conjunta com os presidentes e relatores das três CPIs para definir atribuições. O encontro está previsto para hoje.

– Acho que vai ser uma boa reunião, vai resolver muita coisa. Mas as dificuldades não são tão grandes, pelo menos na nossa. O importante é que façamos um trabalho bem definido e sintonizado – disse Garibaldi.

Para Efraim, não há problema algum com a CPI dos Bingos.

– Todos os requerimentos que votamos foram aprovados por

unanimidade e já produzimos resultados, apesar de termos começado mais tarde. Na nossa comissão, não há estrelismo como nas outras.

Apesar de acreditar que a reunião de hoje trará bons resultados, Efraim declarou que não concorda com a observação do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), para quem Renan deveria servir de "magistrado" na crise das CPIs.

– Ele já é o magistrado do Congresso Nacional. Os presidentes e relatores das CPIs é que devem responder por elas – opinou Efraim.



Nome de Roberto Jefferson deve constar do relatório da CPI. Suplicy dá conselho a José Dirceu. José Jorge faz previsão sobre a crise

Serraglio divulga primeiro relatório parcial até sexta

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da CPI dos Correios, prometeu para esta semana a divulgação do primeiro relatório parcial da comissão. Nele, vai constar a lista com os nomes dos parlamentares indicados para sofrerem processo de cassação.

Entretanto, os depoimentos na comissão ainda não cessaram. Serão ouvidos amanhã, a partir das 11h30, o sócio da empresa Guaranhuns, José Carlos Batista, e ainda Erivaldo Quadrado, Breno Fischberg e Luiz Carlos Mazano, ligados à corretora Bônus-Banval. As duas empresas foram citadas pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza como intermediárias no pagamento de mesada aos parlamentares. No dia 6 de setembro, será ouvido o ex-ministro da Comunicação e Gestão Estratégica e atual



DEPOIMENTOS Parlamentares da CPI dos Correios ouvem amanhã o sócio da empresa Guaranhuns, além de pessoas ligadas à corretora Bônus-Banval

chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, e, no dia 14 de setembro, o banqueiro Daniel Dantas, do Banco Opportunity.

Hoje, às 17h, serão ouvidos na sub-relatoria de contratos relacionados aos Correios os sócios da Skymaster João Marcos Pozzetti, Américo Prozatti

e Hugo César Gonçalves e, às 14h30, o brigadeiro Venâncio Grossi, consultor da estatal. Já a sub-relatoria da DNA, SMP&B e Fontes Financeiras vai ouvir a presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo, às 14h30.

O nome do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) deve constar da lista elaborada pelo relator Osmar Serraglio.

Suplicy aconselha Dirceu a desistir da disputa

Ao anunciar que o presidente interino do PT, Tarso Genro, desistiu de se candidatar à presidência do partido nas eleições de 18 de setembro, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ontem que o deputado José Dirceu (PT-SP) tenha “a atitude generosa e companheira” de desistir de participar da chapa da corrente

Campo Majoritário.

Suplicy pediu que Dirceu leve em conta a necessidade de se empenhar em sua defesa no Conselho de Ética da Câmara, nas CPIs, nas comissões de sindicância e perante o próprio partido, no sentido de esclarecer os episódios que são objeto da preocupação dos petistas e da opinião pública.

– Proponho àqueles que são candidatos à presidência do PT que dialoguem com o presidente interino, Tarso Genro, para que, no próximo sábado, na reunião do Diretório Nacional, em Brasília, cheguemos a uma solução que possa ser referendada pelos 800 mil filiados ao Partido dos Trabalhadores – declarou o senador.

Para José Jorge, saída de Tarso Genro é indício de impunidade

Em nome da liderança da Minoria, o senador José Jorge (PFL-PE) sustentou que a desistência do ex-ministro da Educação Tarso Genro de disputar a presidência nacional do PT mostra que o “partido começou a assar a pizza”.

– Tarso Genro liderava o movimento de refundação do PT e era pela punição dos dirigentes ligados à corrente Campo Majoritário que cometeram ilegalidades. Sua saída é indicativo de que o PT não vai mudar e nem punir – frisou.

Ele afirmou que a descoberta de que uma empresa de venda de alimentos forneceu notas para o pagamento de material de escritório para a Presidência da República, que pagou em dinheiro vivo, é um indício dos exageros do uso do cartão de crédito para altos funcionários do governo. As denúncias mostram que o funcionário retirou dinheiro com o cartão de crédito para a compra.

José Jorge lembrou que o cartão de crédito para uso de funcionários foi criado porque,



CRÍTICA José Jorge sustenta que “PT começou a assar a pizza” e que partido não vai mudar nem punir

à época, argumentava-se que seria perigoso um alto funcionário carregar elevadas quantidades de dinheiro no bolso, como antecipação de gastos.

Efraim quer derrubar veto a reajuste de servidores

O primeiro-secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), fez ontem um apelo a deputados e senadores para que votem contra o veto presidencial ao reajuste salarial de 15% dos servidores do Poder Legislativo. Ele pediu aos parlamentares do Partido dos Trabalhadores que, na sessão do Congresso Nacional de amanhã, defendam os interesses de seus funcionários, com quem trabalham diariamente nos gabinetes.

De acordo com Efraim Morais, o Planalto justificou o veto pelo não atendimento de norma constitucional que exige dotação orçamentária prévia para concessão de qualquer aumento salarial a funcionários públicos. Porém, segundo o parlamentar, o argumento é totalmente absurdo, pois os recursos para o benefício já estavam previstos no orçamento do Senado, desde o momento em que se manifestou, juntamente com o presidente Renan Calheiros, favoravelmente à concessão do aumento.

– O presidente da República, cioso de seu papel de defensor da Constituição, supõe preser-



Morais Mariz

ARGUMENTO Efraim diz que recursos para o benefício aos servidores já estavam previstos

var o seu estrito cumprimento ao vetar o ajuste pretendido. Porém, o argumento que consta do veto é totalmente absurdo. Ele deveria agir como bastião da democracia e propor ajustes lineares para todas as categorias, mas atua seletivamente, favorecendo a alguns em detrimento de outros – reclamou Efraim.

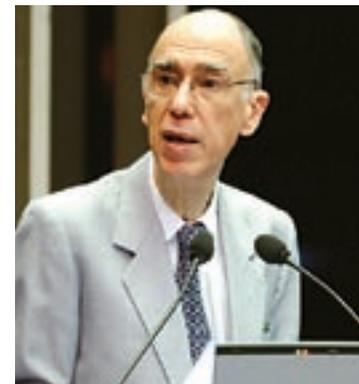
Em aparte, a senadora He-loísa Helena (PSOL-AL) manifestou seu apoio ao discurso de Efraim Morais. Ela considerou como “farsa contábil, financeira e orçamentária” o argumento do governo federal de que não há recursos para o reajuste aos servidores.

Maciel elogia livro sobre Paulo Affonso

O senador Marco Maciel (PFL-PE) fez ontem em Plenário uma resenha do livro *O Congresso em Meio Século*, que é o resultado de depoimentos de Paulo Affonso Martins de Oliveira, ex-secretário-geral da Mesa diretora da Câmara dos Deputados, ao jornalista Tarcísio Holanda. O livro foi lançado na última quarta-feira, no Salão Nobre da Câmara.

– Trata-se de excelente contribuição à memória nacional, especialmente da vida parlamentar. O seu testemunho é valioso por ser uma pessoa de reputação inatacável e elevado nível intelectual – apontou o senador.

Paulo Affonso Martins de Oliveira, falecido este ano, foi funcionário da Câmara por 42 anos, tendo sido secretário-geral da Mesa por 23 anos. Ele também foi ministro do Tribunal de Contas da União. Marco Maciel lembrou que



Célio Azevedo

TESTEMUNHO Marco Maciel faz resenha de livro que homenageia ex-secretário-geral da Câmara

Paulo Affonso acompanhou a tramitação das Constituições de 1946, 1967 e 1988, sempre como uma personalidade ativa de vários momentos políticos importantes, como a renúncia de Jânio Quadros, a deposição de João Goulart e a redemocratização do Brasil.

Marco Maciel destacou que o ex-secretário-geral da Mesa diretora da Câmara dos Deputados hesitou em revelar os fatos que acompanhou em razão do seu ofício e da confiança que mereceu daqueles com quem trabalhou, mas foi convencido pelos amigos a torná-los públicos.



Durante sessão especial em comemoração à Lei da Anistia, Suplicy critica o sigilo sobre documentos produzidos pela ditadura militar e Paim lê carta do movimento dos anistiados. Já Capiberibe considera que país precisa conquistar a inclusão econômica

Senado lembra os 26 anos da Lei da Anistia



ESFORÇO Se hoje a questão é a corrupção, durante a ditadura militar era o resgate da participação democrática, observa Suplicy

O Senado Federal realizou ontem sessão especial em comemoração aos 26 anos da Lei da Anistia, completados no domingo. Muitos anistiados estiveram presentes, ocupando as galerias e alguns lugares do Plenário. Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento para realização da sessão, relembrou a repressão promovida pela ditadura militar e o contexto político em que a Lei da Anistia foi aprovada.

– Se hoje o objeto político consiste em desbaratar supostos esquemas de corrupção, ontem, a questão era resgatar condições mínimas de respeito à participação democrática, aos direitos humanos. Contudo, em ambas as situações, trata-se de aplicar antídotos institucionais inescapáveis à

boa saúde de um corpo político – comparou.

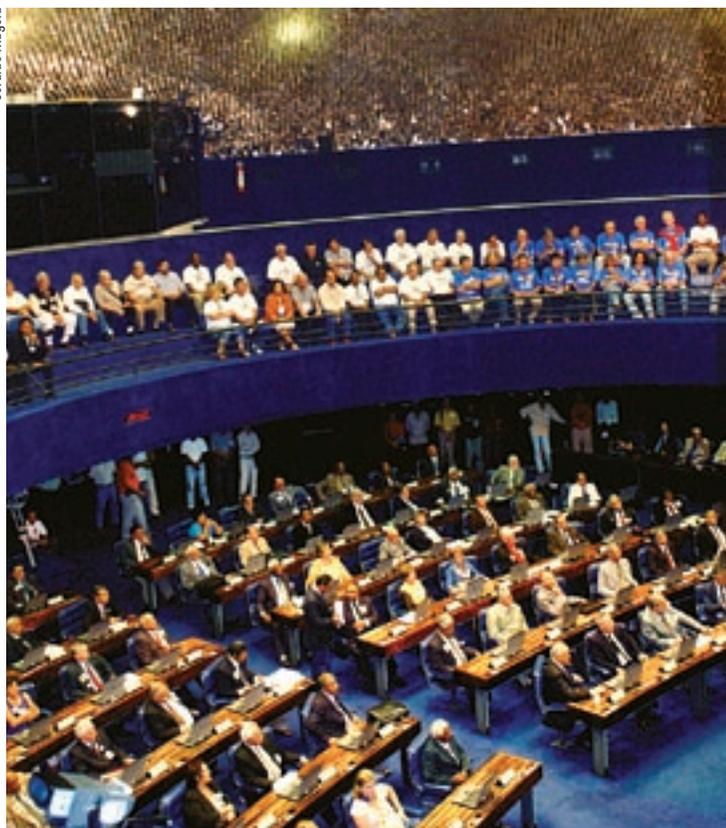
A Lei da Anistia (6.683/79) permitiu a libertação de presos políticos e autorizou o retorno de brasileiros exilados no exterior.

Suplicy lembrou que a volta dos exilados coincidiu com a retomada dos movimentos populares, que começavam a desafiar as proibições da ditadura. Ele trouxe à memória o papel da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do movimento sindical, de onde surgiram várias lideranças, entre elas o hoje presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O parlamentar criticou, entretanto, o sigilo sobre os documentos produzidos durante o período militar, alegando que isso impede “uma análise criteriosa dos crimes cometidos em nome da convenção de segurança do regime”.

Ao mencionar discurso em que o presidente Lula afirma que pretende seguir o exemplo de Juscelino Kubitschek, sendo paciente, Suplicy lembrou que o ex-presidente sofreu duas tentativas de golpe militar e, ao deixar o governo, anistiou os rebeldes. O senador fez votos de que o espírito democrático de Juscelino inspire o presidente. Em apoio a pleito de Paulo Paim (PT-RS), Suplicy também pediu a Lula que receba representantes dos anistiados.

Geraldo Magela



EXPECTATIVA Ocupando as galerias e parte do Plenário, diversos anistiados políticos cobraram o pagamento de indenizações anunciadas pelo governo

Associação diz que não há clima para comemorar

Ao final da sessão especial pelos 26 anos da Lei da Anistia, o presidente da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do Sindicato do ABC, Manuel Anísio Gomes, cobrou o cumprimento do decreto presidencial de 25 de novembro de 2003, que regulamentou o pagamento de indenização aos anistiados.

Para o representante da Associação dos Civis e Militares Anistiados, Simão Kerimian, a presença de manifestantes no Plenário do Senado não se deu em clima de comemoração.

– Queremos o cumprimento da anistia anunciada aos quatro ventos – reivindicou.

Já o coronel da Aeronáutica João Ferreira da Silva classificou como “tortura” a espera pelo pagamento de indenização.

Paim lê carta de anistiados: "Amarga espera"

O senador Paulo Paim (PT-RS) leu, em Plenário, carta intitulada “Amarga espera – atingidos em 1964, esperamos lutando” entregue ao senador por alguns dos cerca de 350 anistiados políticos presentes à sessão de ontem, destinada a rememorar os 26 anos da Lei da Anistia. O documento traz um pequeno resumo das lutas pela anistia desde 1978, quando foi formado o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA).

A carta lembra figuras importantes que lutaram pela anistia política no país, como Terezinha Zerbini, que iniciou em 1978 o Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo. A reivindicação principal do texto, salientada por Paim, é o

cumprimento da Lei 10.559, de 2002, que trata dos anistiados políticos e das indenizações a que têm direito.

O documento cita ainda a realização do I Congresso pela Anistia, as greves dos metalúrgicos, a revogação do Ato Institucional 5 e o ato público em São Paulo organizado pela CBA em 10 de dezembro de 1978, data na qual se comemora o Dia dos Direitos Humanos. No texto, os anistiados relembrem as visitas a presos políticos, realizadas pelo então senador Teotônio Vilela em 1979, o apoio do movimento estudantil à causa e o envio da delegação brasileira para participar do Congresso Internacional de Anistia no Brasil,

realizado em Roma, também em 1979.

– Já estamos em 2005. Temos a Lei 10.559/02, que sofreu repetidos obstáculos, e estamos à espera. Amarga espera. Até quando? – leu Paim, no trecho final da carta.

Roosevelt Pinheiro



PORTA-VOZ Documento lido por Paim foi entregue por movimento que reúne cerca de 350 anistiados

Roosevelt Pinheiro



TRISTEZA “É doloroso ver milhares de exilados econômicos que não têm alternativa no país”, diz Capiberibe

Capiberibe defende inclusão econômica de todos os brasileiros

O senador João Capiberibe (PSB-AP) ressaltou que o Brasil deve iniciar agora a luta pela inclusão econômica de todos os seus cidadãos. Ele observou que, embora o país tenha conquistado o direito à democracia, à fundação de partidos políticos, à construção de organizações civis, sindicais

e estudantis, a maior parte dos cidadãos continua sem direito de usufruir as riquezas do país.

– Conquistamos o direito à democracia, mas não o direito à inclusão econômica. Hoje, milhões vagam pelo mundo afora em busca de uma oportunidade. É doloroso ver brasilei-

ros tombarem na tentativa de ingressar nos Estados Unidos; ver milhares de exilados econômicos que não encontraram alternativa em território brasileiro – lamentou.

O senador pelo Amapá lembrou que, quando a Lei da Anistia entrou em vigor, ele morava em Maputo, capital de

Moçambique, com sua companheira, a hoje deputada Janete Capiberibe (PSB-AP). No fim de 1979, acrescentou o parlamentar, Janete retornou ao Brasil com os três filhos do casal. João Capiberibe contou que ela foi presa no Rio de Janeiro e, posteriormente, transferida para Brasília.



Heráclito homenageia os perseguidos pela censura; Tebet cobra rapidez em indenizações; Sibá lembra "vidas perdidas"

Tebet pede reparação às vítimas da ditadura



JUSTIÇA Muitos dos que lutaram contra regime militar ainda não receberam recompensa, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que, quando presidia a Casa, foi aprovada a Lei 10.559/02, que trata das indenizações a vítimas do regime militar, ou a suas famílias. Ele disse que atendeu aos apelos dos familiares "daqueles que lutaram pela redemocratização do país".

– O destino me colocou na condição de presidente do Senado e do Congresso quando a lei foi aprovada. Se tivesse que escolher uma das que assinei, escolheria essa, porque ela representa justiça e solidariedade

a tantos quantos tombaram, foram exilados, perderam a vida ou foram torturados.

Para Tebet, "ainda há muitos homens e mulheres que lutaram pela democracia, mas que ainda não receberam justa recompensa". E assinalou que a lei, hoje festejada, "precisa ser cumprida".

– Temos de dizer ao presidente da República e ao ministro da Justiça que processos dessa envergadura e dessa grandeza não podem ficar na poeira dos arquivos e das prateleiras. Tem de haver justiça – afirmou.

Heráclito destaca mobilização que levou à abertura política

Ao comemorar, em nome do PFL, os 26 anos da lei que concedeu a anistia política, o senador Heráclito Fortes (PI) enfatizou, da tribuna, que "o povo brasileiro deu uma lição de amadurecimento ao mundo quando se uniu pela anistia, mostrando a necessidade de se promover a abertura política e o reencontro do país com a democracia". O parlamentar lembrou a dificuldade de readaptação dos anistiados e seus familiares, em razão do longo período vivido no exílio.

– É extraordinário estarmos aqui nesta tarde com este Ple-

nário repleto de pessoas idosas, caalejadas, sofridas, que não perderam a esperança – assinalou.

Heráclito Fortes fez referência à censura, quando os jornais trocavam artigos por poemas de Camões ou receitas de bolo, e recordou os cantores Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil, que se viram obrigados a deixar o Brasil.

– Parabenizo aqueles que tiveram sua inteligência e valor cultural cerceado, sob violenta forma de tortura, que é impedir a livre expressão do pensamento. Sou de uma geração que não



IDEÁRIO Segundo Heráclito Fortes, brasileiros fizeram um pacto contra a ditadura e a impunidade no país

teve sequer o direito de escolher partido, foram escolhidos por ato institucional – disse.

Para Heráclito, o sofrimento dos exilados valeu a pena para que os brasileiros fizessem um pacto contra a ditadura e contra a impunidade.

Sibá questiona o valor das compensações

A promulgação da Lei da Anistia foi considerada pelo senador Sibá Machado (PT-AC) como um "pedido de desculpas" do Estado brasileiro àqueles que ousaram sonhar e pensar de maneira diferente das autoridades à frente do poder durante o regime militar. O comentário foi feito pelo petista durante sessão



MÉRITO Para Sibá Machado, anistia foi um pedido de desculpa aos que ousaram enfrentar o regime militar

do Senado em homenagem aos anistiados políticos.

Embora admita que os ca-

sos de perseguição e tortura ocorridos à época não podem ser esquecidos, Sibá acredita que "não vale a pena ficar remexendo nesses fatos do passado". Diante das vidas perdidas e das esperanças mutiladas naquele período da história brasileira, o petista chegou até a questionar o valor da compensação financeira paga pelo governo aos anistiados.

– Quanto vale essa recompensa? Como será devolvido o espaço político que vocês perderam? – indagou.

"Carrinhata" pela inclusão das creches no Fundeb

A senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE) e as demais integrantes da bancada feminina do Congresso Nacional participam, amanhã, de ato público denominado "Carrinhata de bebês", para reivindicar a inclusão das creches no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O movimento terá início às 10h, na rampa do Congresso, com a concentração de carrinhos de bebê e de "fraldas pintadas" – uma alusão aos manifestantes "caras pintadas" que foram às ruas pedir o *impeachment* do então presidente Fernando Collor. A iniciativa é da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Fundeb deverá ser criado por meio de proposta de emenda à Constituição de autoria do Poder Executivo (PEC 415/05). A iniciativa, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, foi apresentada em junho deste ano, a partir das metas elaboradas pelo Ministério da Educação. Mas, de acordo com Patrícia Saboya, a proposta do governo federal apresenta limitações à expansão e à melhoria da qualidade



PREJUÍZO Proposta do governo deixa 13 milhões de crianças sem acesso a creche, ressalta Patrícia Saboya

da educação básica no Brasil.

– Uma das mais preocupantes lacunas é a exclusão de mecanismos de financiamento para a educação infantil de zero a três anos de idade, deixando de fora os 13 milhões de crianças brasileiras nessa faixa etária, embora a Constituição garanta seu acesso a essas instituições. O atendimento adequado nessa idade é fundamental para a formação da inteligência e das capacidades de aprendizado das crianças. E a creche é um direito das mulheres trabalhadoras – afirmou Patrícia Saboya.

Amanhã, às 11h30, os representantes do movimento serão recebidos pelo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, e, às 15h, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Paim defende atendimento das crianças de até seis anos

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu, da tribuna, a inclusão das crianças de até seis anos de idade no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Em discurso feito ontem, o parlamentar pediu aos deputados que acelerem a votação da proposta, que se encontra na Comissão de Constituição e de Cidadania da Câmara.

Ele lamentou que o governo federal, os estados e as prefeituras aleguem falta de dinheiro para ampliar o atendimento a essas crianças. O governo federal já negou a existência de recursos em várias oportunidades, inclusive quando o Senado aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC) da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) prevendo a oferta de creches e pré-escolas a toda criança (a qual se encontra na Câmara). O próprio Paulo Paim apresen-

tou há dois anos projeto que garante assistência gratuita aos filhos e dependentes de trabalhadores, do nascimento até os seis anos.

Paulo Paim apoiou ainda a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, que lançou manifesto defendendo a inclusão, no Fundeb, de creches para crianças até três anos de idade. O senador gaúcho lembrou que existem 13 milhões de crianças brasileiras na faixa de até três anos e apenas 11,7% delas têm acesso às creches e somente 6% recebem atendimento público.

– Apesar de não prever a oferta de creches e pré-escola, o Fundeb é um passo primordial no âmbito do ensino médio urbano, do ensino médio rural, do ensino médio profissionalizante, da educação de jovens e adultos, da educação especial e da educação indígena e de quilombolas – afirmou o representante gaúcho.

Seminário sobre energia elétrica é aberto por Renan Calheiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem em Macaíó, do 5º Seminário Internacional sobre Gestão de Perdas, Eficiência Energética e Proteção da Receita no Setor Elétrico (Ciertec). O objetivo do seminário é promover o intercâmbio entre empresas do setor elétrico para que possam debater e

encontrar soluções para os problemas de inadimplência e da perda de energia. O seminário, que foi aberto ontem, continua até amanhã.

– É importante discutir forma de evitar a perda de energia porque isso aprimora não só a prestação de serviços, o fornecimento de energia, como propicia o aumento de

competitividade dessas empresas – opinou Renan.

As empresas do setor alegam que a redução da perda de energia é fundamental para atender ao crescimento da demanda. Elas também reclamam das restrições impostas pelas agências reguladoras, que impedem o repasse, para as

tarifas cobradas dos consumidores, dos custos gerados pela perda de energia.

Antes do seminário, Renan cobrou do governo empenho para que sejam aprovadas as reformas política e tributária. Para ele, somente assim o Brasil poderá ter um desenvolvimento sustentado.



ENXUGAMENTO Leomar Quintanilha acredita que medida proposta por ele baratearia campanhas eleitorais

Quintanilha quer unificação das eleições no país

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu ontem a realização de eleições gerais no país para a escolha de presidente da República, governadores, prefeitos, senadores, deputados federais e estaduais e vereadores. Segundo Quintanilha, essa medida poderia dar importante contribuição para a redução dos gastos em campanhas eleitorais.

– Está claro que uma das razões que têm provocado essa deformação no processo político-partidário é exatamente o elevado custo das campanhas. Por que precisamos ter um processo eleitoral a cada dois anos envolvendo toda a população e parando o país? – perguntou.

Citando entrevista do cientista político mexicano Alejandro Poiré, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Quintanilha disse que, embora a crise política pela qual passa o Brasil ocorra também em países desenvolvidos, esse fato não deve servir de consolo para os brasileiros e nem diminuir o seu apelo para a realização de uma reforma no sistema político-partidário.

Armas: TSE define normas para doações às frentes

Movimentação financeira das frentes parlamentares deve ser registrada em conta bancária específica

A arrecadação de recursos para a campanha das frentes parlamentares pró e contra a comercialização de armas de fogo e de munição no país somente poderá ser realizada com a devida identificação da origem da doação e posterior registro na prestação de contas. Os recursos incluem as doações de pessoas físicas e jurídicas em espécie, cheque, título de crédito, bens e serviços esti-

máveis em dinheiro e a receita decorrente da comercialização de bens ou serviço. É o que determina a Resolução 22.041 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As doações de valor superior a R\$ 100 feitas diretamente na conta bancária das frentes parlamentares deverão ser efetuadas por meio de cheques cruzados e nominais, ou por outro meio que possibilite a identificação do doador perante a instituição bancária, inclusive pelo seu número no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Para valor inferior a R\$ 100, é exigido apenas o preenchimento de

guia de depósito contendo a identificação do doador.

Toda movimentação financeira relativa ao referendo realizada pelas frentes deve ser registrada em conta bancária específica.

Para comercializar bens e serviços ou promover eventos destinados à arrecadação de recursos para campanha, a frente parlamentar deverá comunicar previamente ao Tribunal Superior Eleitoral e comprovar a realização do evento na prestação de contas, apresentando todos os documentos a ela pertinentes, inclusive os de natureza fiscal. *(Com informações da Coordenadoria de Comunicações do TSE)*

Heráclito critica burocracia do governo nas PPPs

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) reclamou da demora do governo Luiz Inácio Lula da Silva em implementar as parcerias público-privadas (PPS), apontadas como saída para a captação de investimentos vinculados a obras de interesse público no país. O pefelista culpou a burocracia da gestão petista pela demora na implementação da medida, crítica que se baseou em reportagem publicada, no último domingo, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Enquanto não se define a montagem dos fundos que darão respaldo financeiro aos projetos das PPPs, Heráclito adverte que investidores estrangeiros interessados na iniciativa começam a desconfiar da real intenção do governo de dar andamento a esses investimentos. Conforme acrescentou, vários projetos já contam com a formatação dos recursos necessários, demandando apenas uma decisão do governo para serem implementados.

Como exemplo, o senador citou a construção do trecho da Ferrovia Transnordestina ligando o Piauí aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE), obra destinada a facilitar e reduzir os custos de escoamento de grãos e outros produtos, como gesso, níquel e mármore, oriundos de seu estado. O parlamentar pediu rapidez ainda para a implementação das participações privadas em infra-estrutura (PPIs), uma modalidade de PPP financiada pelo Banco Mundial.

Seminário em São Paulo debate proibição

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem, em São Paulo, de um seminário organizado pela Federação do Comércio de São Paulo (Fecomércio) sobre o referendo em que os eleitores decidirão se deve ou não continuar a comercialização de armas de fogo e munições no Brasil. Participaram também o deputado e ex-governador de São Paulo Luiz Antonio Fleury (PTB), o deputado Onix Lorenzoni (PFL-RS) e o ex-senador Hugo Napoleão.

Renan defendeu a proibição apresentando dados disponibilizados pela Unesco, pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Segurança Pública



ESTATÍSTICAS O deputado Luiz Antonio Fleury (E) e Renan Calheiros (C) manifestam posições divergentes sobre a proibição de armas de fogo no país

do Estado de São Paulo. Citou pesquisa da Unesco que aponta a existência de 17 a 20 milhões de armas ilegais no Brasil e apenas 6 milhões legalizadas.

O deputado Fleury discordou de Renan quanto à confiabilidade das estatísticas apresentadas, especialmente em relação ao número de armas ilegais.

Garibaldi analisa documento da ONU e critica desigualdades

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) – foto – leu documento divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as desigualdades econômicas e sociais entre os países, para fazer uma comparação

em relação às desigualdades regionais no Brasil e cobrar mais investimentos oficiais na região Nordeste.

Conforme ressaltou, o documento da ONU constata que o crescimento econômico globa-

lizado verificado nos últimos dez anos não foi suficiente para melhorar a qualidade de vida dos povos dos países pobres ou emergentes, ocorrendo exatamente o contrário nos países ricos e industrializados.

Da mesma forma, entende o senador, acontece com o Nordeste que, contando hoje com uma população de 50 milhões de habitantes, apresenta o pior produto interno bruto (PIB) *per capita* do país.

